

REQUERIMENTO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

A preencher pelos serviços

Requerente 1 ☐

Requerente 2 ☐

Requerente 1 e Cônjuge/União de Facto ☐

ANTES DE PREENCHER LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES

1 Elementos relativos ao requerente

1.1 Elementos de identificação

Nome completo

Data de Nascimento
Ano Mês Dia

Nº Identificação de Segurança Social (1)

Nº de identificação de outros sistemas de protecção social equivalentes (quando aplicável)

Nº de pensionista da Pensão de Sobrevivência (quando aplicável)

Nº Identificação Fiscal Cód. Rep. Finanças

Telefone

(1) Se não tem número de Identificação de Segurança Social, preencha o Boletim de Identificação, Mod. RV 1005-DGSS.

2 Elementos relativos a pensões do requerente

2.1 Se é pensionista ou recebe Subsídio Mensal Vitalício, não precisa de preencher este Quadro. **Passe ao preenchimento do quadro 3.**

2.2 Se não é pensionista ou não recebe Subsídio Mensal Vitalício, e:

- ☐ Se já requereu a pensão social, indique a data de apresentação do requerimento ____/____/____
- ☐ Se não requereu a pensão social, indique, ainda:
Declaro a minha disponibilidade para requerer a pensão social ☐ (1).

(1) Deve entregar o Mod. RP5002-DGSS. O processo não será devidamente instruído se o requerente de Complemento Solidário para Idosos se recusar a requerer a Pensão Social.

3 Elementos relativos à residência do requerente

3.1 Se reside em território nacional há mais de seis anos não precisa de preencher este Quadro. **Passe ao preenchimento do quadro 4.**

3.2 Se não reside em território nacional há mais de seis anos, indique a data de início da residência ____/____/____.

3.3 Se exerceu a última actividade profissional no estrangeiro, tendo sido esta que lhe conferiu o direito a pensão, indique a data de início desta ____/____/____ (1).

(1) Se a data de início de residência em território nacional for posterior à data de início da pensão, será fixada pelos serviços de Segurança Social a data após a qual o requerimento poderá ser apreciado. Neste caso, consulte os respectivos serviços de atendimento, antes de prosseguir o preenchimento.

(continua na pág. seguinte)

4 Elementos relativos ao agregado familiar do requerente

Indique a sua situação:

☐ Casado/Vive em união de facto há mais de dois anos ☐

☐ Solteiro/Divorciado/Viúvo/Separado judicialmente de pessoas e bens. ☐ Se está nesta situação, passe ao quadro 6.

5 Elementos relativos ao cônjuge do requerente ou pessoa a viver em união de facto (1)

5.1 Elementos de identificação

Nome completo

Data de Nascimento
Ano Mês Dia

N.º de Identificação de Segurança Social (2)

N.º de identificação de outros sistemas de protecção social equivalentes (quando aplicável)

N.º de Identificação Fiscal Cód. Rep. Finanças

(1) Se o cônjuge ou pessoa a viver em união de facto é requerente ou titular de Complemento Solidário para Idosos preencha apenas: Nome completo e N.º de Identificação de Segurança Social.

(2) Se não tem número de Identificação, preencha o Boletim de Identificação, Mod. RV 1013-DGSS ou Mod. RV 1014-DGSS, destinados, respectivamente, a cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros.

6 Informação sobre os filhos do requerente

6.1 Tem filhos? ☐ Sim ☐ Não Se assinalou SIM, indique o n.º de filhos ____ . Se assinalou Não, passe ao preenchimento do quadro 7.

6.2 O Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de Abril, permite a consulta de informação fiscal por parte dos serviços da segurança social, para efeitos de atribuição rigorosa das prestações sociais.

Deste modo, indique o nome completo, data de nascimento, número de identificação de segurança social e número de identificação fiscal do(s) seu(s) filho(s) (1).

Nome completo Data de nascimento
N.º de Identificação de Segurança Social N.º de Identificação Fiscal

Nome completo Data de nascimento
N.º de Identificação de Segurança Social N.º de Identificação Fiscal

Nome completo Data de nascimento
N.º de Identificação de Segurança Social N.º de Identificação Fiscal

Nome completo Data de nascimento
N.º de Identificação de Segurança Social N.º de Identificação Fiscal

(1) Não considere o(s) filho(s) obrigado(s) a apresentar declaração de rendimentos em país estrangeiro.
O Número de identificação fiscal do(s) seu(s) filho(s) será utilizado exclusivamente para efeitos de avaliação de atribuição do Complemento Solidário para Idosos que está a requerer.

(continua na pág. seguinte)

6.3 Se algum dos seus filhos está obrigado a apresentar declaração de rendimentos em país estrangeiro, indique o seu nome completo, data de nascimento, rendimentos do ano anterior e composição do seu agregado fiscal.

Nome completo	Data de nascimento
_____, ____ Euros/ ____ (1) no ano de ____	n.º de menores ____ n.º de adultos ____
Rendimentos do agregado fiscal	Composição do agregado fiscal
Nome completo	Data de nascimento
_____, ____ Euros/ ____ (1) no ano de ____	n.º de menores ____ n.º de adultos ____
Rendimentos do agregado fiscal	Composição do agregado fiscal
Nome completo	Data de nascimento
_____, ____ Euros/ ____ (1) no ano de ____	n.º de menores ____ n.º de adultos ____
Rendimentos do agregado fiscal	Composição do agregado fiscal

6.4 Nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, declaro que o meu filho não está disponível a prestar a informação necessária (Número de Identificação Fiscal) para que os serviços da segurança social procedam à consulta dos rendimentos que declarou à Administração Fiscal (2).

Nome completo	Data de nascimento	Naturalidade
Nome completo	Data de nascimento	Naturalidade
Nome completo	Data de nascimento	Naturalidade

6.5 No caso de não conhecer o paradeiro de algum dos seus filhos indique o seu nome completo e a data de nascimento

Nome completo	Data de nascimento
Nome completo	Data de nascimento
Nome completo	Data de nascimento

(1) Se o rendimento não for declarado em euros, indique a moeda respectiva.

(2) A não disponibilidade para que os rendimentos declarados à Administração Fiscal sejam consultados, conduz a uma alteração do valor do Complemento resultante da atribuição do montante da componente de solidariedade familiar previsto na Lei. Em alternativa pode o requerente, caso se mostre disponível para requerer alimentos, preencher um formulário Declaração de Disponibilidade para Exercício do Direito a Alimentos, Mod. CSI 12-DGSS.

7 Rendimentos anuais do agregado familiar do requerente

Assinale com ☒ se reunir todas as condições abaixo indicadas

☐ Declaro(amos) que:

- ☐ No ano civil anterior não auferi(mos) outros rendimentos além de pensões, complementos ou prestações sociais pagos pelo Centro Nacional de Pensões/Instituto da Segurança Social (1) .
- ☐ Em 31 de Dezembro do ano anterior não dispunha(mos) de património mobiliário ou imobiliário, além do imóvel ou fracção destinado a habitação permanente.
- ☐ Não frequento(amos) qualquer equipamento ou serviço de apoio social.

Se não reúne alguma destas condições, deve preencher e entregar o Anexo - Rendimentos Anuais do Agregado Familiar, Mod. CSI 01/2-DGSS.

(1) Consideram-se outros rendimentos os seguintes: pensões, complementos ou outras prestações sociais pagos por outros organismos que não sejam o Centro Nacional de Pensões/Instituto da Segurança Social e ainda rendimentos prediais, incrementos patrimoniais, trabalho dependente, trabalho independente, transferências monetárias de pessoas ou instituições públicas ou privadas, transferências dos filhos.

(continua na pág. seguinte)

8 Certificação do requerente e do cônjuge ou pessoa a viver em união de facto

- As declarações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.
- Comprometo-me a facultar os meios de prova necessários, a exercer o direito a outras prestações de segurança social a que tenha ou venha a ter direito e a exercer o direito de créditos que tenha ou venha a ter direito.
- Autorizo os serviços competentes da segurança social a proceder directamente à averiguação dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas no presente requerimento.
- Tomei conhecimento que devo comunicar ao serviço de segurança social a alteração de residência e de composição do agregado familiar, apresentar todos os meios de prova que sejam solicitados, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da sua ocorrência. Tomei, ainda, conhecimento que devo renovar a prova de rendimentos dois anos após o reconhecimento do direito.
- Autorizo o Instituto da Segurança Social, I.P., a solicitar ao Banco de Portugal indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenho conta, e a obter das respectivas entidades toda a informação patrimonial relevante para efeitos de atribuição do Complemento Solidário para Idosos, relativa a saldos e movimentos de contas à ordem, a prazo ou de outros valores mobiliários de que seja titular ou co-titular.
- Autorizo também o Instituto da Segurança Social, I.P., a obter dos serviços da administração fiscal toda a informação fiscal relevante para efeitos de atribuição do Complemento Solidário para Idosos.

Estas autorizações são feitas no âmbito e para os efeitos decorrentes da legislação que regula a atribuição do Complemento Solidário para Idosos, caducando com o indeferimento do requerimento ou com o termo da sua atribuição, não podendo ser revogadas sem o consentimento expresso do Instituto da Segurança Social, I.P.

_____/_____/_____
_____/_____/_____

Assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo conforme documento de identificação válido

_____/_____/_____
_____/_____/_____

Assinatura do cônjuge/união de facto de outrem a seu rogo conforme documento de identificação válido

OS SERVIÇOS DA SEGURANÇA SOCIAL PODEM SOLICITAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS

Relativos a:

- | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| ▶ Cartão de identificação de outro sistema de protecção social nacional ou estrangeiro, quando aplicável. | ■ Requerente
■ Cônjuge ou união de facto
(desde que não seja titular de CSI) |
| ▶ Documento de identificação válido, designadamente, bilhete de identidade, certidão do registo civil, passaporte | ■ Requerente
■ Cônjuge ou união de facto
(desde que não seja titular de CSI) |
| ▶ Documento de identificação fiscal | ■ Requerente
■ Cônjuge ou união de facto
(desde que não seja titular de CSI) |
| ▶ Documento comprovativo do período de residência considerado obrigatório (6 anos), designadamente atestado da junta de freguesia, no caso dos cidadãos nacionais ou da União Europeia | ■ Requerente |
| ▶ Títulos válidos de residência em Portugal ou outros títulos previstos na lei de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros ou declaração de entidade competente que demonstrem o período de residência considerado obrigatório (6 anos), no caso dos cidadãos estrangeiros fora do âmbito territorial da União Europeia | ■ Requerente |
| ▶ Documento comprovativo da data de início da pensão, caso tenha exercido a última actividade profissional no estrangeiro | ■ Requerente |

O REQUERIMENTO DEVE SER APRESENTADO NOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA SOCIAL

OS DADOS CONSTANTES DESTES DOCUMENTOS SERÃO OBJECTO DE REGISTO INFORMÁTICO NA BASE DE DADOS DA SEGURANÇA SOCIAL. PODERÁ ACEDER À INFORMAÇÃO QUE LHE DIZ RESPEITO E SOLICITAR A SUA CORRECÇÃO. AS FALSAS DECLARAÇÕES SÃO PUNIDAS NOS TERMOS DA LEI